



PESSOAS
2030 PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO

ATA da 2ª Reunião do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030

Lisboa, 6 de junho 2023
Fundação Oriente



Cofinanciado pela
União Europeia

No dia 06 de junho de 2023, pelas 09h40m, realizou-se a 2ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do Programa PESSOAS 2030 no Salão Macau da Fundação Oriente, em Lisboa, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças anexa à presente Ata (cf. Anexo I - Lista de Presenças). A reunião foi presidida pela Presidente da Comissão Diretiva do PESSOAS 2030 - Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, Ana Coelho, e coadjuvada pelos Vogais Executivos da Comissão Diretiva, Sandra Tavares e Joaquim Bernardo.

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do regulamento interno do CA, a ordem dos trabalhos foi previamente comunicada aos membros do Comité de Acompanhamento, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Informações
2. Apresentação e aprovação da proposta de agenda
3. Ponto de situação do POCH e do POISE
4. Ponto da situação do PESSOAS 2030
5. Proposta de revisão do Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030
6. Plano Global de Avaliação do PT2030 e Plano de Avaliação do PESSOAS 2030 - primeira lista de avaliações a realizar
7. Plano de Comunicação do PESSOAS 2030
8. Ano Europeu das Competências e Semestre Europeu
9. Outros assuntos

A abertura da sessão foi realizada pela Ana Coelho, Presidente do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030, que deu as boas-vindas a todas as pessoas presentes, informando que a agenda da reunião é desafiante e extensa, mas que esperava que aquele fosse um espaço de diálogo, onde se gerassem consensos e, simultaneamente, existisse uma discussão participada e aberta. Passou de seguida, para a Ordem de Trabalhos, previamente divulgada em conjunto com a convocatória da reunião.

Ana Coelho, percorreu os pontos da agenda da reunião, que constavam na apresentação (Anexo II) e deu nota que o ponto 4. - **Ponto de Situação do PESSOAS 2030** - iria incluir um momento deliberativo, sobre os critérios de seleção de algumas tipologias de operação, bem como o ponto 5. - **Proposta de Revisão do Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento (CA) do PESSOAS 2030**.

Não havendo comentários sobre a apresentação inicial por parte dos membros do CA, a Presidente passou, de seguida, a palavra ao representante da Comissão Europeia (COM), Laurent Sens.

Laurent Sens agradeceu a organização da reunião do Comité e a inserção de um ponto na agenda proposto pela COM. Destacou o contexto político, muito intenso dando como exemplo o Fórum Social do Porto que ocorreu no final de maio, em Portugal, e que veio reiterar a necessidade de uma Europa mais social, a importância e a vantagem do modelo social europeu, num contexto fortemente concorrencial com outros países e continentes.

Acrescentou ainda, o arranque, em maio de 2023, do Ano Europeu das Competências, que terminará em maio de 2024. Destacou que este é um acontecimento relevante que tem como objetivo relembrar a importância das competências para ajudar e unir as pessoas no objetivo traçado de não deixar ninguém para trás, sendo também um contributo para a melhoria da produtividade e, conseqüentemente, da competitividade, aspetos que estão no âmago das políticas europeias para o futuro, para apoiar a transição verde e digital. Outro importante instrumento político referido por Laurent Sens, foi o Semestre Europeu, que vai ser também alvo de uma apresentação pela COM neste CA. Referiu que anualmente é produzido um relatório por país. Trata-se de um documento curto que apresenta as recomendações específicas para cada estado-membro. No caso de Portugal o documento apresenta as vertentes chave que o país deve abordar futuramente e que devem contar com o contributo do FSE+.

É com esse foco também que deve ser discutido o conteúdo do programa e os desafios que se encontrarão nas áreas das competências, da educação, da inclusão social e do emprego. Alinhado com o que foi dito pela Presidente, Laurent Sens concluiu a sua intervenção, por reforçar que a presente reunião é um espaço privilegiado para debater e partilhar experiências. Apelou à participação plena, que beneficia as parcerias, conforme definido pela COM.

Ana Coelho, deu continuidade à sessão, reiterando a importância dos contributos dos presentes para o aprofundamento da sessão. Seguidamente, avançou para o ponto 3. da agenda e passou a palavra ao Joaquim Bernardo.

Joaquim Bernardo, iniciou uma breve apresentação do ponto de situação do POCH, com destaque para os principais aspetos da execução do Programa, tendo por base fundamental a síntese do Relatório Anual de Execução (REA), aprovado por consulta escrita pelo CA do POCH. Deu nota sobre o trabalho do POCH, enquanto entidade financiadora de políticas públicas na área das qualificações, nomeadamente de dupla certificação de jovens e de adultos, traduzindo-se em mais de um milhão de pessoas qualificadas. Do slide referente a este ponto, constam também os rostos de algumas das histórias de sucesso que foram amplamente divulgadas e comunicadas pelo POCH (slide 6).

De seguida apresentou as principais evidências daquilo que correu bem e menos bem, de acordo com os dados de monitorização e os estudos de avaliação realizados. Existem evidências de que sem estes apoios Portugal dificilmente teria alcançado resultados tão positivos em matéria de redução do abandono escolar precoce, melhoria das condições de empregabilidade dos jovens e dos adultos, assinalando o esforço na promoção e no aumento das qualificações, assim como na recuperação da qualificação dos adultos nas intervenções apoiadas, destacando ainda um conjunto de projetos na área da promoção da qualidade, desenvolvidos ao longo do Programa, para alavancar ou suportar também estes resultados.

Joaquim Bernardo enfatizou que, para além destes números, registam-se os efeitos positivos na vida das pessoas que foram abrangidas, na competitividade dos territórios e na capacidade competitiva, como efeito transversal verificado através da importância estratégica das qualificações como uma condição, *sine qua non*, também apontada por

Laurent Sens, que influencia o desenvolvimento e a sustentabilidade da estratégia de crescimento nacional. Isto sem prejuízo de referir que nem todas as histórias são de sucesso, apesar de todos esforços dos beneficiários, do POCH e outros agentes para promover mais e melhores histórias de sucesso decorrentes dos apoios concedidos. Ainda assim, importa perguntar, nos casos menos bem-sucedidos, o que teria acontecido com essas pessoas, se não se tivesse feito nada em prol das mesmas.

Joaquim Bernardo apresentou os grandes números físicos e financeiros e lembrou que estes incluem operações e destinatários finais apoiados ao abrigo de operações aprovadas no contexto do Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 (MEA). Adiantou que no que corresponde ao MEA, existem candidaturas em fase de aprovação, como é o caso do Aviso dos Centros Qualifica, e que a execução do POCH, ao incorporar os 12 Avisos lançados ao abrigo do MEA, ultrapassou as taxas previstas na execução e no compromisso, sendo que ainda não foi decidido quais as operações aprovadas ao abrigo do MEA “que transitam” para o PESSOAS 2030 ou que se mantêm no PT 2020. Em termos de Eixos, especial destaque para os Eixos 1 e 4, que integram Avisos MEA aprovados.

No Eixo 1 destacam-se os Cursos Profissionais, a maior oferta formativa financiada pelo POCH. Na fase inicial do POCH, o Ensino Artístico Especializado destacou-se também, porém, o seu financiamento pelo FSE foi descontinuado e é atualmente suportado pelo Orçamento de Estado. Apesar de se ter verificado uma descontinuidade na oferta formativa dos Cursos Vocacionais, o POCH atingiu as metas previstas para a sua execução. (slide 9).

No que concerne aos resultados no âmbito deste eixo, um importante indicador do desempenho do POCH e que responde ao compromisso estabelecido com a COM, de acordo com a informação que consta no slide 10, as metas definidas para 2023 foram alcançadas e em alguns casos até foram ultrapassadas. Importou referir que alguns dos efeitos visíveis na execução enquadram-se no contexto pandémico que influenciou a execução e prossecução dos resultados.

No que corresponde ao Eixo 2, este eixo sofreu alterações com a reprogramação de 2018, o que implicou que as Bolsas de Doutoramento e os Cursos Técnicos Superiores Profissionais passassem a ser financiadas exclusivamente pelos Programas Regionais. As Bolsas de Ensino Superior passaram a ser financiadas pelo POISE. Neste Eixo 2, o POCH financiou, a partir de 2018, os Instrumentos Financeiros e, recentemente, enquadrado na reprogramação COVID 19, foi incluída uma nova tipologia “Skills 4 Pós-Covid” que financia um conjunto de projetos em articulação com o ensino profissional e politécnico e, no segundo concurso, projetos de promoção do sucesso escolar no ensino superior. Neste contexto, o POCH ultrapassou as metas definidas e ajustadas à reprogramação para estas tipologias (slide 11).

Relativamente ao Eixo 3, houve concentração do investimento nos Cursos de Educação e Formação de Adultos, nos Cursos de Aprendizagem e no financiamento da Rede dos Centros Qualifica, nas zonas elegíveis para financiamento pelo POCH, Norte, Centro e Alentejo. A meta estabelecida para “Adultos apoiados em Cursos de Formação” foi ultrapassada, mas encontra-se por atingir a meta de “Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem”, embora estando muito próximo de o conseguir, por via do último concurso

aberto, cujas candidaturas foram aprovadas recentemente e também devido à reprogramação dessa mesma meta para valores ajustados ao efetivo custo médio por formando abrangido por esta tipologia (slide 13).

Em termos de indicadores de resultados, os certificados no tempo próprio, quer nos Cursos EFA quer nos Cursos de Aprendizagem, registam alguma dificuldade em atingirem as metas, sabendo-se que são ofertas longas, dirigidas a segmentos difíceis da população jovem e adulta, com baixas qualificações, o que pode estar na origem de um resultado abaixo do pretendido. Em particular, o resultado em 2021 mostra uma quebra muito relevante no caso dos cursos EFA, sendo necessário verificar se será um efeito da crise pandémica que gerou uma dificuldade em manter os formandos nesses cursos porque a situação do mercado de trabalho pode contribuir para uma saída antecipada da formação, ou porque têm maior oferta e possibilidades de emprego imediato, ao invés de se manterem nestes cursos que tem uma duração elevada, em regra superior a um ano. Salientou, em contrapartida, que pela primeira vez, nos Cursos de Aprendizagem se atingiu, em 2022, a taxa de diplomados prevista como meta para 2023 (slide 14).

No que concerne ao Eixo 4, que financia um conjunto muito diversificado de intervenções, do qual se destaca a Qualidade e Eficiência do sistema de educação e formação, na fase inicial da programação apoiou fundamentalmente o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Neste Eixo destaca-se ainda mais recentemente o financiamento de cerca de 130M€, ao abrigo do MEA, para o Plano de Recuperação das Aprendizagens (PRA) que representa aproximadamente 60% do valor do Montante Total Aprovado no Eixo. (slide 15). Ainda, neste Eixo, a Formação de docentes e outros Agentes de Educação e Formação foi bastante relevante. A título de exemplo, destacam-se os dois últimos concursos abertos: i) um para apoiar a capacitação digital dos docentes, no âmbito do CRII – Transição Digital da Educação, em complemento ou em interligação com o apoio à aquisição de equipamentos informáticos para distribuir junto de alunos apoiados pela Ação Social Escolar, e a docentes ii) e o último aviso aberto para financiar ações de formação associadas à implementação do Programa de Recuperação de Aprendizagens (PRA).

Enfoque também nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) que com o reforço de mais 305 psicólogos, a tempo integral, permitiu robustecer a resposta de apoio psicopedagógico e de orientação nas escolas. Contribuiu para reduzir o rácio entre o n.º de alunos e o n.º de psicólogos ao serviço da escola, superando a meta de resultado fixada para esse efeito.

Com o apoio do POCH ao Plano de Transição Digital da Educação, verifica-se também um forte contributo para a redução média do número de alunos por computador. Este esforço, que como é do conhecimento do Comité, está a ser complementado no âmbito do PRR, permitiu alargar ao universo dos alunos e dos docentes com acesso universal ao equipamento de forma a alavancar e transformar a escola, tornando-a mais digital, para uma maior e melhor educação para todos (slide 16).

Joaquim Bernardo, passou ao Eixo 5, referente à Assistência Técnica, dando destaque às 5 avaliações já realizadas e uma em fase final de conclusão, esta ligada ao financiamento mais recente do Plano de transição Digital da Educação, que abrange o investimento do

POCH e também dos Programas Regionais. Com a conclusão desta avaliação fica plenamente cumprido o seu plano de avaliação e, conseqüentemente, a meta fixada neste eixo para o número de avaliações dinamizadas por esta Autoridade de Gestão No que se refere ao número de ações de acompanhamento, *on spot*, o valor ultrapassou a meta estabelecida (slide 17).

Para finalizar, Joaquim Bernardo, apresentou o Quadro de Desempenho do POUCH e o ponto de situação sobre as metas para 2023. Destaque para a meta do valor da Despesa Certificada no Eixo 3 se encontrar abaixo do limiar de 85% porque grande parte dos mais de 500 projetos do PT2020 por encerrar encontram-se nesta tipologia. São sobretudo projetos dos Cursos de educação e formação de adultos, que como foi referido, foram afetados severamente durante a pandemia e pelas dificuldades que daí advieram relacionadas com a natureza deste tipo de oferta, dos Cursos de Aprendizagem, onde recentemente foram aprovados um conjunto de operações ao IEFP, e também dos Centros Qualifica, geridos pela ANQEP, enquanto OI, onde ainda existe também despesa por validar e executar em montantes relevantes (slide 18).

Deu por concluída a sua apresentação, passou a palavra à Presidente do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030.

Ana Coelho agradeceu a apresentação, acrescentou que os números do POUCH falam por si, considerando que se trata de um Programa que se encontra numa trajetória sustentável e em vias de antecipar um encerramento com indicadores de desempenho físico e financeiros em linha com os objetivos estabelecidos.

Passou a palavra a **Tiago Santos Pereira**, do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) que felicitou a boa apresentação feita e também os resultados positivos obtidos, no entanto, partilhou uma observação referente a uma questão no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação, no Eixo 2, a respeito da Formação Avançada. Questionou sobre a continuidade do Programa, em particular a regularidade da oferta. Isto porque a formação não é um stock que depois de estar executada está concluída, a oferta é progressiva ao longo dos anos, perguntando até que ponto a sobre-execução (mais apoiados face à meta) terá algumas implicações em termos de períodos posteriores, nomeadamente se há uma sobre-execução significativa relativamente à regularidade da oferta das bolsas de doutoramento. Deu, ainda, nota da preocupação relacionada com o indicador “de qualidade de execução”, ou seja, a taxa de doutoramentos concluídos e que, de facto, deixa alguns sinais de preocupação pois encontramos valores a variar entre os 39% e 55%, face a uma meta dos 70%, desconhecendo ao que corresponde concretamente esta taxa de conclusão, se se trata de uma taxa de conclusão de 4 anos, e se não terá que ver com bolsas iniciadas em 2021 para o qual também pede uma clarificação desse ponto.

Eleutério Rodriguez, agradeceu e em linha com o comentário do representante do CNCTI, falou da necessidade deste indicador com baixo desempenho ser um pouco mais desenvolvido. Pede também uma explicação adicional para i) a queda do resultado dos Estudantes do Ensino Superior Apoiados pela Ação Social e ii) o número médio de alunos por computador, nas zonas menos desenvolvidas, que tinha como meta 1,5 alunos, mas em 2021 encontra-se ainda com um rácio de 2 alunos por computador.

Joaquim Bernardo, respondeu às questões colocadas. Primeiro, quanto à regularidade da oferta, esclareceu que os números apresentados pelo POCH para as Bolsas de Doutoramento refletem valores registados até ao ano de 2018, pois a partir daí passaram a ser financiadas no âmbito do FSE pelos Programas Regionais do Norte, Centro e Alentejo. No que diz respeito à forma como se obtém o valor do indicador relacionado com a taxa de conclusão, este é calculado 5 anos após o início do doutoramento, o que significa que a percentagem de 2021 representa o número de doutorandos apoiados pelo POCH e que poderiam ter concluído o seu doutoramento até esse ano. Este apuramento é feito com base nos dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). As explicações para essas taxas passam, nomeadamente, pelos atrasos na entrega da tese de doutoramento e/ou na marcação das provas para discussão da tese que se prolonga no tempo. Acresce ainda o contexto pandémico que pode ter atrasado alguns desses processos. Recordou ainda que a meta estabelecida foi ambiciosa, apurada com base nos dados da DGEEC, no momento da sua programação.

Em relação à questão do rácio de alunos por computador nas regiões menos desenvolvidas que ainda não alcançou a meta prevista, ao contrário do que aconteceu nas restantes regiões, em 2021, existe evidência de que o número de alunos, com direito à ação social escolar não só não aumentou, como diminuiu entretanto face aos dados de partida para a fixação das metas de realização e resultado do Programa associadas ao investimento no Plano de Transição Digital da Educação e isso reflete-se no resultado. Ressalvou ainda, que antes de se iniciar este investimento através do FSE, o valor era bastante superior, existindo uma evolução ainda assim muito significativa nesse indicador de resultado.

Não havendo mais questões sobre o Ponto de Situação do POCH, a Presidente avançou para o ponto seguinte da agenda, referente ao Ponto de Situação do POISE, passando a palavra a Sandra Tavares.

Sandra Tavares iniciou a sua apresentação salientando como um sinal positivo uma convergência de resultados positivos entre os dois programas. Relativamente, ao primeiro slide apresentado (slide 20) este indica que 1,5 milhões de pessoas foram apoiadas através do POISE, 62% do género feminino e 38% do sexo masculino, e deu nota que o valor apresentado reflete uma síntese do Relatório de Execução Anual, que está em análise na COM.

Relembra que os dados apresentados são acumulados, à data de 31 de março de 2023, e incluem as operações aprovadas ao abrigo do MEA. Sandra Tavares destacou que a intervenção do POISE foi pautada pela diversidade das medidas apoiadas. Os avisos implicaram a mobilização de uma dotação de 2.621M€ do FSE, envolvendo cerca de 12 000 candidaturas, registando o PO uma taxa de execução de 96% e uma taxa de compromisso de 115% (slide 21).

Sandra Tavares, no que respeita ao ponto de situação financeiro, centrou-se na comparação do desempenho do POISE, face ao comportamento genérico do PT2020, concluindo que o programa está muito em linha com o desempenho do PT2020. Ou seja, encontra-se ligeiramente acima na taxa de execução, muito em linha na taxa de compromisso e um pouco acima na taxa de pagamento, sendo que em relação a este último

aspecto foi referido que a diferença relaciona-se com o comportamento do FSE quando comparado com outros fundos em termos de pagamentos e adiantamentos (slide 22).

Relativamente à execução do Programa, por eixo, Sandra Tavares destacou, no Eixo 1, o valor executado - cerca de 90% - nos apoios ao emprego e formações de curta duração para empregados e desempregados, dando nota da superação de quase todas as metas em termos de realização, ao nível dos desempregados, dos empregados e ao nível dos apoios ao emprego (slide 23).

No que diz respeito aos resultados deste Eixo salientou que se verificou uma superação genérica dos valores alvo definidos e que foram sendo ajustados, salientando a sua convicção de que a superação dos indicadores a 6 meses das pessoas que passaram pelos apoios, reflete a trajetória de calibragem e ajustamento que estas medidas de apoio ao emprego tiveram durante o período de programação. Ajustamentos esses que permitiram os resultados obtidos, gerando não só mais oportunidades de emprego, como maior qualidade do emprego, essencialmente, pelo combate à precariedade. (Slide 24)

Passando para o Eixo 2, dedicado unicamente às medidas da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), Sandra Tavares explicou que a execução deste eixo ultrapassou os valores programados, quer na execução, quer no compromisso. Quanto às metas previstas, estas estão ou muito próximas ou superam, em termos de realização, o valor alvo programado no início da programação e ajustado ao longo da execução do PO, verificando-se uma tendência semelhante ao verificado no Eixo 1, em termos de superação, também neste Eixo, referente aos NEET. Este eixo, da IEJ, tem como público-alvo uma população desafiante, sendo a sua execução centrada, essencialmente, em medidas de apoio ao emprego. A concentração, no Programa, de determinadas medidas destinadas aos NEET está em linha com a evidência obtida pelas duas avaliações realizadas no âmbito da IEJ, evidenciando-se como fatores de sucesso para atingir as metas a que se propuseram (slide 25).

Sandra Tavares, em seguida, abordou a execução do Eixo 3, começando pelo valor da taxa de compromisso (128%) e informando que este valor resultou da integração dos avisos MEA, ao nível das Bolsas de Ação Social e ao nível da Qualificação das Pessoas Com Deficiência ou Incapacidade, sendo que a execução está próxima da meta definida. Referiu, também, que os indicadores de realização acompanharam a diversidade que caracteriza o Eixo 3 e estão em linha com as metas definidas, com a exceção da "Participação das ações de formação para profissionais dos serviços sociais e de saúde". Explicou que a baixa participação se deve à pandemia, período em que se verificaram menos oportunidades para a frequência de ações de formação por parte desses profissionais, já que os mesmos eram necessários e foram dirigidos, para ações diretas no combate à pandemia (slide 27).

Avançou, de seguida, para os Indicadores de Resultado do Eixo 3, que superaram a meta que o Programa definiu, verificando-se, no entanto, que em relação aos "Projetos concluídos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais" não foi ainda possível apurar os dados, pois tal só é possível quando os projetos se encontram concluídos, existindo ainda vários projetos em execução. No que respeita aos indicadores "Grupos desfavorecidos em Unidades de Formação de Curta Duração", "Certificação da qualificação das pessoas com deficiência", bem como às "Vítimas de violência doméstica

que avaliam positivamente o apoio recebido” o POISE encontra-se em linha com os resultados a que se propuseram atingir (slide 28).

No que corresponde ao Eixo 4, não existem metas associadas, mas destaca-se o valor da execução em cerca de 91%. Em conclusão e em relação ao Quadro de Desempenho, Sandra Tavares, indicou que o Programa se encontra próximo da concretização das metas a que se propôs (slide 30).

Ana Coelho retomou a sessão, reiterando, que os dois Programas, se encontram em trajetórias sólidas de atingimento dos resultados. Destacou também, a necessária leitura destes dados, dentro do contexto do período de programação. Em particular, a ação destes Programas que lidam com pessoas em situações de desemprego, de fragilidade económica e de exclusão social, teve pelo menos três momentos de grande sobressalto: o primeiro, no arranque e no rescaldo da crise financeira, recordando que Portugal nessa altura teve taxas de desemprego a rondar os 14%; o segundo, o período da pandemia; e por último, recentemente, o conflito bélico na Europa. Estes três momentos foram impactantes em todos os Programas que lidam com o Fundo Social Europeu, mas no que diz respeito ao POC e ao POISE, os dados apresentados são muito positivos, reveladores de uma grande resiliência e capacidade de gestão e de ir ao encontro daquilo que foram, nestes momentos, as necessidades de Portugal.

A Presidente aproveitou esta oportunidade para apelar às entidades beneficiárias presentes para darem o seu contributo nesta fase final para a apresentação atempada e conforme da execução e dos saldos, para que as equipas também consigam fazer o encerramento da melhor forma. Sublinhou o desafio para a Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030 que tem de encerrar três programas e arrancar com o PESSOAS 2030. Finalizou, por lembrar que os dados apresentados resultam do esforço das autoridades de gestão destes PO e também de todas as entidades que ajudaram a alcançar estes resultados, e por isso contam com o contributo de todos, com o objetivo comum, de conseguir encerrar o PT2020, com rigor e atempadamente.

Ana Coelho abriu o espaço para recolha de contributos e observações e não havendo de continuidade à reunião prosseguindo para o ponto 4 da agenda - Ponto de Situação do PESSOAS 2030.

Atendendo ao facto de que o PO se encontra numa fase de arranque, Ana Coelho lembrou que a Comissão Diretiva do Programa só ficou completamente constituída em meados de abril de 2023. Esta nomeação foi fundamental porque permitiu o desenrolar das etapas seguintes, nomeadamente a aprovação do Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento do PESSOAS 2030 e dos primeiros critérios de avaliação de oito tipologias de operação (slide 32). Deu nota, que também foram lançados 2 avisos, cujo encerramento do período de candidatura acontece naquele mesmo dia sem registo de qualquer constrangimento. Informou, que foi aprovada, pela CIC Portugal 2030, um terceiro aviso para os TEIP.

O Programa tem também estado envolvido, como parte integrante da Coordenação Técnica, no desenvolvimento da Regulamentação Específica, que se encontra numa fase

final, que leva a crer com otimismo que em breve se poderá ter um Regulamento Específico do OP 4. Por último, comunicou que a CD do Programa está também empenhada no desenvolvimento do Sistema de Informação do PESSOAS 2030 e das partes comuns do sistema do PT2030, em particular articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)(slide 32).

Neste seguimento, avançou para o ponto seguinte da agenda, um momento deliberativo, relativo à proposta de critérios de seleção para as 15 tipologias descritas no slide 33, e distribuídas pelas áreas do emprego, das qualificações e da inclusão social, bem como para a Assistência Técnica do Programa. Deu, também, nota de outros elementos no documento decorrentes de solicitações do CA:

1. sempre que existe uma relação unívoca e exclusiva entre a tipologia de operação e os indicadores de resultado e realização do programa, foram incluídos neste documento esses indicadores o que facilita a leitura, até porque um dos critérios de seleção passa pelo contributo das operações para esses indicadores;
2. para os avisos que foram lançados ao abrigo do MEA também se trouxe ao CA a aprovação dos critérios de seleção que, em devido tempo, foram aprovados nos respetivos Comitês do PT2020, do POCH e do POISE. Considerou que este é um passo que permitirá o enquadramento das operações lançadas ao abrigo do MEA no PT 2030, sempre que aplicável.

Pedi a palavra, **Catarina Morais**, da CGTP, em substituição do representante efetivo, e colocou duas questões. A primeira sobre se houve ou haverá alguma consulta aos membros do Comité relacionada com a regulamentação específica e, a segunda, relacionada com os critérios de seleção, sujeitos a análise e votação nesta sessão, se existirão indicadores de impacto. Partilhou de seguida um comentário/proposta, indicando que a CGTP considera que nos critérios de seleção deveria existir uma preocupação com a cobertura territorial ao nível do impacto, este critério deveria ser transversal a todas as tipologias em que fosse adequado. Abordou os indicadores de resultado, apesar destes não estarem em discussão, indicando que teria sido útil que nos indicadores que dizem respeito ao emprego subsequente e à participação nas ações de formação, que houvesse uma desagregação por tipo de contrato. Isto é algo que a CGTP, repetidamente, tem referido, inclusive no CA do POISE e que traria valor a este processo. Deu como exemplo uma tipologia em que se fala na qualidade de emprego e em que a questão dos vínculos de trabalho é uma das componentes centrais por todas as implicações que agrega: em termos salariais, segurança de emprego, acesso à proteção social, etc. Nesse sentido, e indo em concreto, às tipologias de operações nos critérios de seleção, a CGTP propôs que, à semelhança do que acontece nos “Apoios à contratação”, a questão da “Qualidade do emprego” também seja incluída nos Estágios Profissionais e nas “Ações do Mercado Social de Emprego”.

Laurent Sens iniciou a sua intervenção por recordar ao Comité a importância para a COM de estabelecer para os critérios da igualdade de oportunidades, de género e da não discriminação uma pontuação mínima de 3(suficiente) para apoiar a operação. Esta foi uma matéria alvo de debate, em que a COM referiu que o que se alcançou não é consistente, ou seja, em termos de elegibilidade devem ser respeitados os princípios horizontais, mas permite-se que os critérios de seleção atribuam a esta matéria uma pontuação

insuficiente. Neste sentido, a COM propõe, em primeiro lugar, a revisão frásica do texto para assegurar essa consistência, pois de facto o principal objetivo em ter estes critérios é favorecer os projetos que promovem mais a igualdade de género, igualdade de oportunidades ou o desenvolvimento sustentável. Laurent Sens sublinhou a importância de clarificar a relevância destes conceitos nos critérios de seleção e melhorar o *wording* para garantir que todas as operações respeitem os princípios horizontais, premiando as operações que mais contribuem para a agenda da equidade, atribuindo pontos extra, entre 1 a 5 (o zero seria algo excecional para uma candidatura insuficiente ou neutra), opções que devem ser desenhadas pela Autoridade de Gestão.

Passou de seguida para outro ponto, também considerado relevante, relacionado com a ausência do princípio do Desenvolvimento Sustentável. A solução que a COM apresentou, foi a de assumir que, por definição, as operações (excetuando as que se referem a equipamentos) não apresentam impacto ambiental, sendo algo reconhecido quando se verifica o “Princípio de não prejudicar significativamente”, sendo, à priori, reconhecido que não existe nenhum dano. Para a COM este aspeto deve estar claro na construção frásica, tal como anteriormente referido a propósito do princípio da igualdade.

Seguidamente, falou **Eleutério Rodriguez**, que solicitou a inclusão na proposta de uma divisão muito clara do que são os critérios de seleção dos projetos financiados através do MEA e os que não são. Relembrou que existe uma gralha nos critérios de seleção que deve ser corrigida (substituir a referência “média” por “suficiente”). Acrescentou ainda que existem duas tipologias que vão ser submetidas a procedimento escrito que utilizaram o MEA, que são as Bolsas e a Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidades, e que se espera que nos critérios de seleção os comentários assinalados sejam incluídos.

Falou de seguida, o representante do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), **Francisco Miranda Rodrigues**, que enfatizou a necessidade de os critérios de seleção reforçarem as garantias de articulação com os serviços, nomeadamente os serviços públicos já existentes, considerando que esta articulação é a uma garantia para o sucesso de qualquer projeto que venha a ser desenvolvido.

De forma a dar resposta a algumas das questões entretanto formuladas, **Sandra Tavares** deu nota de que se está a trabalhar em conjunto com a AD&C e com os Programas Regionais na regulamentação específica, sendo a competência para a sua aprovação da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do PT 2030. Acrescentou, contudo, que em relação a outros Regulamentos Específicos foram consultados quer os parceiros, quer a Associação Nacional de Municípios e também os Governos das Regiões Autónomas.

Joaquim Bernardo em relação às questões levantadas sobre os indicadores de impacto e a dimensão da cobertura territorial dos critérios de seleção, começou por elucidar que a expressão “indicadores de impacto” não é utilizada atualmente no contexto dos fundos europeus, uma vez que o que se utiliza são os indicadores de resultado e, adicionalmente, se realizam avaliações que procuram investigar os impactos das políticas. Um dos principais objetivos da avaliação é aferir em que medida é que os resultados atingidos

contêm contributo dos fundos europeus e dos programas para esse resultado e, nessa perspetiva, não existe uma métrica de indicadores de impacto, como talvez tenha ocorrido em anteriores programas de fundos europeus.

Os indicadores continuam a ter um papel fundamental quer no Programa quer no seu contributo a nível da contratualização, como foi feito no PT2020 e sempre que possível melhorando e reforçando essa contratualização e a qualidade da mesma para que as operações financiadas contribuam para aquilo que são os objetivos definidos. O PESSOAS 2030 irá procurar e como será desenvolvido no ponto seguinte da agenda – 6. Plano Global de Avaliação – avaliar ao longo da execução do Programa qual é o contributo que se está, ou não, a dar para as metas definidas.

Relativamente à dimensão territorial, deixou a nota que o Programa irá financiar intervenções tendo em conta a tentativa de resposta às necessidades dos territórios, nomeadamente no que diz respeito às qualificações, e que tal será densificado, em sede de grelhas de seleção das operações que vão sendo modeladas ao longo do período de programação em função da própria evolução da situação.

Acerca da questão do indicador da empregabilidade, por tipo de contrato e a qualidade de emprego, Joaquim Bernardo explicou que se torna mais difícil na contratualização de resultados e por questões de simplificação de processo, porque se corre o risco de ter um processo de contratualização árduo e complexo para gerir, caso se viesse a alargar o leque de metas a serem contratualizadas. Porém nada obsta que esta matéria deva ser objeto de monitorização e avaliação.

Ainda sobre este ponto das questões sobre a qualidade do emprego, a Presidente, **Ana Coelho**, indicou que nas três tipologias de operação identificadas, em particular: “Estágios Profissionais”, “Apoios à contratação” e “Ações de Mercado Social de Emprego” apenas os “Apoios à contratação” são uma medida que tem como fim último, a contratação, daí que faça todo o sentido, e por isso foi incluído nos critérios de seleção a empregabilidade, mas também a qualidade do emprego. Clarificou e reforçou que no caso dos “Apoios à contratação”, a qualidade do emprego é matéria avaliada para efeitos de seleção das candidaturas e por isso prevista nos critérios de seleção.

Em relação aos comentários da Comissão Europeia, Ana Coelho referiu que iriam trabalhar no sentido de convergir com as propostas e sugestões feitas.

Joaquim Bernardo respondeu ainda à questão colocada pelo bastonário da CNOP e informou que algumas tipologias já têm esse critério explícito, mas é algo que será ponderado em sede de seleção, dependendo do tipo de tipologia de operação porque existem tipologias em que essa dimensão não tem a mesma relevância face a outras. Em sede de aviso poderá ser concretizado, mas é uma preocupação sempre que essa articulação for um elemento relevante, nomeadamente na avaliação da qualidade do projeto.

Não havendo mais comentários, **Ana Coelho** questionou se algum membro do CA verificou a existência de um conflito de interesses que o impeça de votar. **Joaquim Bernardo** lembrou que este é um quesito inscrito no regulamento dos Comitês dos diferentes

Programas para garantir que nas votações os membros têm a oportunidade de se dispensarem da votação em matérias que possam estar em conflito. Nenhum membro se manifestou.

Ana Coelho passou à aprovação a proposta dos Critérios de Seleção, pelo CA, tendo sido a proposta aprovada por unanimidade.

Finalizando, **Ana Coelho** concluiu a apresentação do ponto 5º da agenda da reunião, reiterando o que foi dito pelo Eleutério Rodriguez, o PESSOAS 2030 irá colocar para consulta escrita os critérios de seleção das tipologias de operação “Bolsas de Ensino Superior para Alunos Carenciados” e a “Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade”, que terão dois lotes de critérios, uma vez que se trata de tipologias abertas ao abrigo do MEA (slide 35).

A Presidente assinalou os principais desafios a curto prazo do PESSOAS 2030, começando pelo encerramento do POUCH, do POISE e do PO APMC. Comunicou que existe a expectativa que o despacho de extinção destas autoridades de gestão do PT2020 venha a produzir efeitos a 1 de julho e que de seguida sejam nomeados os dirigentes que assumirão as funções de Secretários-Técnicos e Coordenadores do PESSOAS 2030. Aproveitou, também, para manifestar o reconhecimento e agradecer a todos os dirigentes, dos dois Programas que se irão extinguir, a sua serenidade e tranquilidade, total empenho, elevado sentido de serviço público, num momento tão atribulado que caracteriza a fusão de duas organizações.

Informou, ainda, que o PESSOAS 2030 está a trabalhar na designação dos organismos intermédios sendo que aquele que está numa situação mais avançada é a CIG – Comissão para Cidadania e a Igualdade de Género, e entre os restantes desafios elencados no slide 36, destacou a previsão de lançamento de 25 avisos para a Apresentação de Candidaturas, até ao final do ano.

Quanto à preparação dos critérios de seleção, atualmente 23 das 55 tipologias já possuem critérios de seleção aprovados e duas vão para consulta escrita, o que leva a concluir que desse ponto de vista os trabalhos estão avançados. Para além disso, destacou a necessidade de garantir a análise das candidaturas e reembolsos, a elaboração do Plano de Avaliação do Programa e do Plano de Comunicação.

Concluiu a intervenção, por informar que 109 pessoas constituem, na presente data, a equipa do programa, que tem uma dotação prevista que pode ascender a 173 pessoas, ao que acresce ainda os três membros da Comissão Diretiva.

Laurent Sens lembrou a importância dos recursos humanos, estando sensível a esta questão porque trabalha na área da avaliação, e considera essencial ter pessoas em número suficiente, mas também bem qualificadas e considera que esta talvez fosse a maior fraqueza de alguns dos programas em Portugal. Destacou o POUCH e o POISE, que foram bons exemplos, apesar de uma grande parte dos programas nacionais tornar visível a escassez de recursos humanos em áreas como a da avaliação e da comunicação. Apesar do bom desempenho do POUCH e POISE, pediu para se ser bastante cuidadoso em relação a este ponto porque existe a necessidade de lançar uma avaliação de processo até ao final

deste ano para assegurar um contributo para o “Mid-term Review” em 2024. Ressalvou ainda um ponto importante do slide 36, relacionado com o sistema de informação e que pode ser causa para alguns atrasos, portanto, pediu que o façam atempadamente porque é essencial que quando chegarem os primeiros pedidos de pagamento, este sistema esteja a funcionar em pleno.

Deu-se início a uma pausa para um *coffee-break*.

Ana Coelho retomou a ordem de trabalhos, sendo este também um ponto que exige uma votação, pois trata-se da proposta de alterações ao Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento na sequência de sugestões, essencialmente, provenientes da Comissão Europeia. As propostas da COM, são as descritas no slide 38 da apresentação.

Joaquim Bernardo deu nota que o website do PESSOAS 2030 já se encontra disponível, e que nele já constam as informações sobre este Comité. Concluiu, dizendo que a construção do website é um processo que pode ainda ser melhorado e, para este efeito, convidou os membros do Comité a enviarem os seus contributos.

Ana Coelho passou de seguida a palavra aos membros do Comité e à Comissão Europeia.

Eleutério Rodriguez agradeceu a inclusão dos comentários que a COM enviou, mas assinalou que existem ainda alguns que ficaram por introduzir e que foram referidos na primeira reunião de acompanhamento. Desde logo, o Regulamento Interno deveria incluir um mecanismo de verificação do equilíbrio da representatividade no Comité entre organismos da Administração Pública (AP) e privados e apesar de não estar desequilibrada, a COM considera que a representatividade da AP não deveria ser predominante, e concluiu que as entidades públicas têm mais de 50% de representação no Comité. A COM tem feito várias propostas, estão cientes de que é difícil decidir o número das instituições públicas que são membros do CA, por isso apresentaram outra opção que seria a de acrescentar representantes do setor privado em número semelhante, sobretudo organizações da Sociedade Civil. Uma das sugestões é que se acrescente o número de representantes do Conselho Permanente de Concertação Social e outra que é importante incluir organizações da Sociedade Civil que representam os direitos humanos.

Outra questão que a COM gostaria de ver esclarecida é sobre o que acontece em caso de não se conseguir reunir quórum, pois este ponto não está claro no regulamento.

Eleutério, solicitou também clareza para os reportes do cumprimento das condições habilitadoras no que se refere à Carta de Direitos Humanos e que se tem de indicar qual a frequência com que esse reporte será feito no CA, pois esta referência não consta de forma explícita do Regulamento Interno.

Em síntese, os pontos que a COM pretende que sejam esclarecidos são: 1) a representação equilibrada; 2) o que acontece quando não há quórum; e 3) a frequência do reporte que vai fazer o CA, no cumprimento das condições habilitantes.

Ana Coelho agradeceu as sugestões da COM e informou que o Programa irá considerar numa futura alteração ao regulamento, se se vier a revelar pertinente. Sem mais nenhum comentário sobre este assunto, Ana Coelho questionou o Comité no sentido de verificar se

algun membro tinha um conflito de interesses com a matéria em apreço e não foi manifestado nenhum conflito, pelo que se procedeu à votação e aprovação por unanimidade.

A Presidente deu continuidade à sessão, avançado para o ponto seguinte, e deu a palavra a Joaquim Bernardo para sucintamente apresentar a proposta de lista de avaliações do PESSOAS 2030.

Joaquim Bernardo contextualizou a sua apresentação indicando que a parte inicial foi preparada pela AD&C, enquadrando o Plano Global de Avaliação do PT2030. Destacou que o Plano atual utiliza um modelo semelhante ao do PT2020, mas com melhorias, adaptações e evoluções em função das lições da experiência e das interações com a COM. Em síntese, o Plano de Avaliação do PESSOAS 2030, vai enquadrar-se neste Plano Global de Avaliação do PT2030 (slides 41 e 42), que é um instrumento de referência para a estratégia do atual período de programação.

Em termos de orientações e quadros lógicos das avaliações a organizar, com base naquilo que foi discutido e apresentado na Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), pretende-se continuar com a ideia de ter um conjunto de avaliações temáticas, mais transversais, que abrangem mais programas e também avaliações de programa. Procura-se que essas avaliações temáticas possam ter objetos mais circunscritos, mais avaliáveis, facilmente dominadas pelas equipas de avaliação, e em tempo do processo de avaliação e sempre com a preocupação que essas avaliações possam trazer alguma análise territorial. Serão realizadas Avaliações de Impacto e de Processo, havendo uma mistura destes dois tipos de Avaliações, com as Temáticas mais focadas em avaliações de Impacto e as de Programa, sobretudo de Processo. De referir, contudo, que as avaliações de Programa, até por questões regulamentares, na fase final de programação também terão a preocupação de avaliar o impacto das intervenções apoiadas pelos mesmos.

A proposta do PESSOAS 2030 pretendeu cobrir as suas principais áreas de intervenção e, simultaneamente, ter avaliações focadas. É um compromisso difícil porque o Programa tem uma grande diversidade de áreas. É também por isso relevante a auscultação de todos os *stakeholders* e nesta reunião seria o primeiro momento de auscultação dos membros do comité sobre aquilo que se propõe nesta fase para compor o Plano de Avaliação. Sobre o Plano destaque para um foco em avaliações temáticas e não apenas de Programa, conforme listado nos slides 50 a 53, sendo que o Programa tem de assegurar o cumprimento da regulamentação dos fundos europeus que exige uma avaliação durante o período programação que abranja o conjunto do Programa, que faça uma avaliação global do programa focada nos impactos. Para além disso destaque para o desafio do próprio Programa com uma meta de 20 avaliações e estudos para realizar até 2029.

Joaquim Bernardo informou que se preveem 2 avaliações de processo, uma que se designou “Avaliação da Operacionalização do Programa”, enquadrada num programa em fusão e orientada para assegurar o cumprimento até final de 2024. E uma segunda avaliação que será encetada, pelo menos parcialmente em simultâneo com a primeira focada na análise dos níveis e de execução e para acompanhar o processo de análise intercalar do desempenho do programa, que tem de ser realizada até 31 de março de 2025,

nos termos requeridos pelo regulamento comunitário. Encontram-se ainda na lista - slides 51 a 53 - as avaliações de impacto. Estão ainda previstos dois estudos, um na fase inicial que decorre da discussão sobre os princípios horizontais; e outro, um estudo, que é uma obrigação regulamentar, associado às medidas de combate à privação material que tem que ver com a realização de dois inquéritos estruturados aos destinatários.

Seguidamente, perguntou aos membros do CA se gostariam de fazer alguma sugestão ou comentário.

Pediu a palavra, **Tiago Santos Pereira**, do CNCTI, que deixou uma sugestão/comentário que tem que ver com a observação que Joaquim Bernardo fez sobre a questão de avaliações temáticas, nomeadamente, quando possam eventualmente ser interprogramas, como é o caso da Formação Avançada, em que o financiamento das Bolsas passou a ser feito através dos Programas Regionais, questionando, nesse sentido, se isso significa que, por exemplo, numa medida como a Formação Avançada isso incluiria, não apenas o PESSOAS 2030, mas outro instrumento através de diferentes programas.

De seguida, falou **Ana Cláudia Valente**, ANQEP, agradecendo o facto do Programa Qualifica integrar a lista de avaliações planeadas. Deu nota de uma reflexão também já feita internamente, no Programa Qualifica, sobre a avaliação que se pretende fazer e que parece que pode ser útil para a generalidade das avaliações respeitantes às intervenções do PESSOAS 2030. Considera que as avaliações de impacto são muito importantes, pois o país devido aos fundos e às obrigações de demonstração de resultados evoluiu bastante nas metodologias de avaliações de impacto. Atualmente, sabe-se muito mais, experimentaram-se muitas metodologias e existe muito *know-how* das avaliações recentes, dos últimos anos, no âmbito do impacto. A reflexão interna, sobre o impacto do Programa Qualifica, por exemplo, vai muito além do impacto de pessoa a pessoa e dos impactos no mercado de trabalho. Ou seja, a ideia é um programa que é literalmente um programa de formação e certificação, de qualificação das pessoas, o objetivo final é que elas se certifiquem e qualifiquem, mas depois há muitos outros benefícios sociais, até para além do mercado de trabalho, por exemplo níveis de empregabilidade, que são tipicamente medidos, mas não se pode reduzir este tipo de avaliação da formação, nomeadamente em algumas áreas.

Ana Cláudia Valente tendeu a concluir que as avaliações feitas têm vindo, a privilegiar na relação com o mercado de trabalho, a variável da empregabilidade. Ana Cláudia Valente é da opinião que quando se veem Programas tão transversais como já existiam, e continuam ainda mais transversais e nas quais as dimensões da inclusão, da conciliação, da igualdade, da sustentabilidade, etc, as avaliações de impacto têm que ir ao encontro dos benefícios sociais e não só económicos. Lembrou que há muita coisa a ser feita, muita análise e metodologia que mede os benefícios sociais, individuais e também coletivos. Enfatizou, que a sociedade ganha e tem externalidades positivas, com o facto de um milhão e meio de pessoas ter passado pela formação porque não é só aquele milhão e meio que fez a formação que beneficiou, há famílias, comunidades, empresas e que se deveria começar a falar disto com dados associados. No Programa Qualifica, fez-se um esforço para que se verificasse a dimensão de certificação e de qualificação que é o *outcome* direto. Apurou-

se o impacto do ponto de vista do mercado de trabalho, que pode não ser só o da empregabilidade, podendo haver outras variáveis interessantes, pois certificando-se uma pessoa com o 6º ou 9º ano, essa pessoa passa a estar muito mais disponível para continuar a participar em aprendizagem ao longo da vida e isto é um ganho enorme. O Programa conquistou aquela pessoa para aquele resultado, até porque Portugal tem uma meta altíssima, para cumprir do ponto de vista de taxa de participação em formação ao longo da vida. Acrescentou ainda outros benefícios de inclusão, cidadania e de participação. Outros benefícios, que passam pela pessoa ler mais, se vota, se vai à Assembleia de Freguesia, etc. Existem outras variáveis importantes, como a da autoestima, da perceção de si próprio, da vontade de continuar a fazer formação e de melhorar as suas qualificações. Portanto, isto é mais intangível ainda do que cruzar os dados com a segurança social, que é uma grande conquista, ficando-se a saber se as pessoas continuam ou não empregadas, mas seria relevante encarar isto um *outcome* tão importante como outro.

Como segunda nota, Ana Cláudia Valente, no âmbito do Programa Qualifica, pensou ser importante trazer ao CA uma situação que poderá ser transversal e repetir-se em outras áreas. Explicou que existem dois investimentos do PRR que são complementares à intervenção do Programa Qualifica, um deles é o Acelerador Qualifica que é um incentivo às pessoas que fazem processos de RVCC e serve também para concluírem e se certificarem e, um outro, que é dirigido aos Centros Qualifica e às Parcerias Locais. São investimentos que se vão cruzar do ponto de vista do resultado, isto porque não há duplicação de fundos, mas no ponto de vista dos ganhos, todos eles convergiram para que houvesse melhores resultados, quer de um lado quer de outro. Existem ganhos cruzados, mas a questão é sobre a avaliação, se terá de ser feito um exercício isoladamente? Até que ponto isso está pensado? Que tipo de exigências existirão no futuro para saber o que deverão isolar, causas e efeitos? Isso será um problema ou não?

Como terceira nota, que também já colocou no CA do PO AT e que volta a colocar porque não tem ideia qual será a melhor solução questiona sobre o SIGO, o sistema de informação sobre a gestão da oferta formativa em Portugal que é o sistema de informação que suporta toda a atividade de registo e certificação que as entidades formadoras utilizam, nomeadamente, no âmbito da formação de adultos sendo necessário que este sistema se atualize melhor, que tecnologicamente fique mais avançado, mais robusto. É um sistema com muitos anos e com um grau de desatualização grande. Existe uma área dos sistemas de informação que suportam toda a atividade formativa e seria importante considerá-la no ponto de vista de fundos, e de que qualquer investimento tecnológico ou funcional deve passar primeiro por um diagnóstico. Não sendo um estudo de avaliação o que se pretende é um investimento técnico e tecnológico no desenvolvimento de uma plataforma e, portanto, a pergunta que colocou foi se este tipo de investimento tem enquadramento num Programa como o PESSOAS 2030, considerando, que este sistema é a base, que alimenta a informação sobre execução física da educação e formação de adulto.

Eleutério Rodriguez falou de seguida, elogiando a apresentação da proposta da lista de avaliações, o facto de estar muito detalhada e ser um projeto ambicioso, e em linha com isto, partilhou algumas notas práticas, a primeira é que a Comissão quer simplificação, no que diz respeito à avaliação, reiterando que o Plano de Avaliação deve ser completo, e que

quanto mais simples melhor. E sobre este ponto perguntou se o CA iria ser já consultado sobre um projeto de plano de avaliação? Ou se o Comité vai ser consultado inicialmente apenas com base na presente listas de avaliações?

Ressaltou, que é tão importante terminar uma avaliação atempadamente como ter muitas avaliações, motivo pelo qual não existe nenhuma obrigação de ter 20 ou 30 estudos, o importante é ter os resultados das avaliações quando são precisos. É necessário identificar quais as prioridades e priorizar. Deve-se considerar a experiência de outros períodos de programação, onde existem lições de outras avaliações e, mais, existem ainda recomendações em curso e que vêm do período de programação anterior. A COM considerou que o trabalho mais importante é selecionar e priorizar quais são os estudos, mais importantes para o atual período de programação. Sabe-se quais são os *milestones*, datas-limite marcadas pelo regulamento: para 2024 existe a necessidade de contributo para uma *mid-term review*, para 30 de junho de 2029 as avaliações de impacto por programa, para as avaliações de processo existe um compromisso de as conseguir concluir até o final de 2024 e um prazo estratégico para cumprir até 2029.

Existem, ainda dois pontos, que a COM gostaria de ver mais detalhados, o primeiro é a função da avaliação, este é um ponto muito importante, porque vai permitir identificar o que se quer fazer com tantos estudos. É importante garantir que existem recursos para conseguir fazer estes e gerir estudos, a começar pelos recursos humanos. Daquilo que se conhece do PT 2020, o anterior período de programação, especificamente as pessoas da equipa de avaliação dos POCH e POISE fizeram um esforço extraordinário, para concluir os estudos, mas não tem de ser assim. E o programa tem recursos suficientes na Assistência Técnica para financiar recursos humanos, em particular, na avaliação porque existem esses recursos para que as prioridades do Programa sejam cobertas. O segundo ponto, que a COM considera importante, e que trouxe ao CA, é a questão de como se articula o Grupo de Acompanhamento (GA) com o CA, já que a avaliação também é da responsabilidade do CA e os seus membros devem estar envolvidos de alguma maneira, que passa também por integrarem os GA, mas também deveria existir uma articulação contínua entre o CA e os GA de avaliação.

Recapitulando, Eleutério Rodríguez insistiu na simplificação, referiu que em 20 páginas pode-se fazer um plano de avaliação perfeito. Como já tinha referido, o importante é priorizar as áreas importantes, se conseguirem 20 estudos ótimo, se conseguirem 10 estudos, mas muito bons e que cobrem as áreas importantes do Programa o resultado é semelhante, é também ótimo.

Não havendo mais questões, **Joaquim Bernardo** começou por responder ao representante do CNCTI, o que também foi ao encontro de uma das questões suscitada pela representante da ANQEP, explicando a lógica das avaliações temáticas, que em função do seu objeto não são avaliações do programa, no limite são avaliações da política pública, independentemente de ser financiamento comunitário e por isso pode envolver o PRR nessa avaliação. Obviamente que quanto maior for a amplitude do objeto, mais exigente será a avaliação e há que ter essa perceção.

Joaquim Bernardo compreende a necessidade de priorizar porque existe a noção de que os recursos são sempre escassos, e sabendo, de antemão, que o PESSOAS 2030 é um programa muito exigente. Pretende-se articular no contexto do trabalho de preparação do Plano de Avaliação, na Rede de Monitorização e Avaliação, com as outras Autoridades de Gestão, que também estão a ponderar quais as avaliações que irão realizar, dentro das suas estratégias regionais. Estas podem ou não coincidir com as prioridades do Programa PESSOAS 2030, nomeadamente porque a lista que foi apresentada, preliminarmente, é uma lista que tem por trás uma ideia de quais são as prioridades, e o que se quer no âmbito do PESSOAS 2030, em particular, ir avaliando ao longo do período de programação e de forma gradual, em função do grau de implementação e consolidação das várias medidas de política pública que o Programa irá financiar, não só no PESSOAS 2030, como em alguns casos noutros instrumentos de financiamento. Portanto existe um exigente exercício a que o Programa se propõe, face à escassez de recursos que conhece de antemão, e que acresce, a dependência de um mercado de avaliação que tem tido dificuldades de resposta.

Relativamente, à questão dos impactos, colocada pela representante da ANQEP, Joaquim Bernardo manifestou concordância que a avaliação deve olhar para as várias vertentes, acrescentando, por exemplo que não é despiciente ter-se programado os cursos EFA na área da inclusão social, pois os resultados desse investimento em cursos muito longos, em pessoas com qualificações muito baixas tem impactos em dimensões que vão para além do impacto no mercado de trabalho. Acrescenta que o FSE exige que todos os Estados-Membros no mínimo têm que alocar 25% do seu orçamento na área da inclusão social, sendo que não se pode avaliar os impactos na área da inclusão com base meramente nos impactos económicos/mercado de trabalho sobre as pessoas que são apoiadas pelo Programa. Deve-se ir para além disso, impactos na cidadania, na ativação desses cidadãos, porque só cidadãos mais qualificados, mais empoderados é que garantem condições até de defesa da democracia.

Ainda, sobre o que foi sido pensado em termos de articulação com o CA, para esta fase, seria o envio da presente lista de prioridades, solicitando-se o contributo para melhorar as prioridades, e apelar também e caso, os membros do CA, queiram sugerir outros estudos solicitar a integração ou a eliminação de alguns. Mais à frente, o plano irá para apreciação e aprovação do CA, antes da data em que o plano tem de ser aprovado neste órgão.

Como última nota, informou que está prevista uma articulação entre grupos de acompanhamento (GA) e CA, inclusive porque a composição dos grupos de acompanhamento, em função do objeto que vai ser avaliado torna muito natural que os membros deste CA integrem esses GA.

Ana Coelho perguntou aos presentes se haveria algum comentário adicional e não havendo passou para o ponto seguinte da agenda, pedindo a Miguel Areosa Feio, responsável pela área da comunicação no Programa PESSOAS 2030, para apresentar o ponto 7º da agenda - Plano de Comunicação do PESSOAS 2030.

Miguel Feio fez um ponto de situação da estratégia de comunicação do Programa, descrevendo o que é que se está a fazer e o que já foi feito. Essencialmente, foi feita uma transição dos três programas, que se fundiram num só, mas houve uma preocupação em

manter a identidade e, simultaneamente, trazer um carácter inovador com uma imagem nova, mais forte. Também responder às necessidades do momento, nomeadamente de comunicar o Ano Europeu das Competências. Saliu a criação da imagem do PESSOAS 2030 e o cumprimento do objetivo regulamentar de ter o *website* online no prazo de seis meses (a 25 de maio de 2023), conforme exigido pelo Regulamento das Disposições Comuns, o que se conseguiu. Obviamente, que o *website* é um processo dinâmico e por isso está sempre aberto para receber contributos da parte dos membros do CA.

O que se irá fazer a seguir é desenvolver a estratégia de comunicação em articulação próxima com a Rede de Comunicação do PT2030, coordenada pela AD&C, e portanto existe um foco grande em desenvolver esta estratégia essencialmente, numa primeira fase, com três grandes preocupações: 1) garantir que existem indicadores mensuráveis, adequados aos diferentes público-alvo do programa, os beneficiários, os destinatários finais, mas também o público em geral, portanto assegurar a identificação de atividades e ações adequadas, mas que estas podem ser medidas com rigor e capacidade para fazer ajustamentos necessários; 2) responder às exigências das Redes, visto que isto é um trabalho de comunicação articulado com outros *stakeholders*, não só com o CA, mas também com os outros programas, e por isso a importância de fazer parte das redes; 3) outro elemento importante, que a Comissão irá abordar no ponto seguinte que é o Ano Europeu das Competências para o qual o PESSOAS 2030 contribuirá.

Para concluir, Miguel Areosa Feio, indicou que os percursos futuros do programa estarão alinhados com estas áreas, sendo que a estratégia de comunicação estará disponível e recetiva para receber contributos da parte dos membros do CA.

Ana Coelho, agradeceu a comunicação de Miguel Areosa Feio, e passou a palavra a Cristina Jacinto, Vogal do Conselho Diretivo da AD&C.

Cristina Jacinto agradeceu à Autoridade Gestão, em nome da AD&C, por todo o trabalho apresentado nesta sessão. Sabendo, por experiência própria, que cada linha apresentada que parece muito simples e que se apresentam em três horas envolvem muitas horas, com uma equipa, por trás, muito empenhada e focada para que isto aconteça no dia e na hora prevista e, portanto, o agradecimento pelo trabalho desenvolvido e pela colaboração com a Agência, acrescentando tratar-se de um programa diferente porque está a ser alvo de uma fusão e tem um período atribulado neste primeiro ano.

Ana Coelho, em nome da Comissão Diretiva do PESSOAS 2030, agradeceu a intervenção de Cristina Jacinto e passou a palavra a Eleutério Rodríguez.

Eleutério Rodríguez sobre o ponto da comunicação, recordou os resultados das avaliações de estratégia de comunicação do POISE e do POCH, que são muito importantes e um deles foi “a necessidade de estabelecer e contratar indicadores apropriados e metas”, este é um ponto muito importante no próximo Plano de Comunicação. Ainda, um ponto importante que são as operações de importância estratégica terem um ponto de destaque no Plano de Comunicação, este é um ponto relevante.

Ana Coelho retomou a palavra, dando a oportunidade de os restantes membros do Comité se pronunciarem sobre o ponto da comunicação. Não havendo comentários adicionais

avançou para o ponto seguinte da agenda, 8 - Ano Europeu das Competências e Semestre Europeu, que foi apresentado por Eleutério Rodriguez.

Eleutério Rodriguez iniciou a sua intervenção explicando a razão da existência de um Ano Europeu das Competências, que promove mais investimento, mais eficaz, inclusivo na formação e na melhoria das competências, para facilitar as transições entre empregos, mas também para reforçar a relevância das competências através da colaboração entre empresas e os atores interessados. (slides 61 a 67)

Destaque para a explicação de como se pode participar no Ano Europeu das Competências identificando o PESSOAS 2030 como um bom exemplo, pois participou, na semana que antecedeu esta reunião, na conferência "Apoiar o desenvolvimento de competências através de reformas". Estendeu o convite para participar e partilhar atualizações nas redes sociais, sob o **#EuropeanYearOfSkills**, ou através do contacto do coordenador nacional em Portugal, Domingos Lopes (Presidente do Conselho Diretivo do IEFP).

Prosseguiu com a sua apresentação, sobre o Semestre Europeu, explicando que o seu objetivo é dar orientações aos Estados-Membros para melhorar a competitividade e assegurar a prosperidade a longo prazo (Slide 68 - 74)

No que diz respeito ao caso português, Eleutério Rodriguez, referiu que o Relatório indica que Portugal se mantém numa trajetória de forte recuperação, com uma tendência positiva, mas persistem desafios sociais e ambientais. Conclui, também, que o PRR está a reforçar a capacidade de resistência do mercado de trabalho e dos serviços sociais e está a contribuir para melhorar a educação e as competências. Entre outras prioridades futuras o relatório destaca que se deve assegurar uma proteção social adequada. (Slide 73)

Terminou assim a sua apresentação, questionou os presentes para verificar se existia alguma questão a colocar.

Ana Coelho agradeceu a apresentação de Eleutério Rodriguez, perguntou se Laurent Sens desejaria acrescentar algum comentário, ou se algum membro do CA teria alguma questão para colocar. **Laurent Sens**, agradeceu a organização da reunião e o apoio dos técnicos e, em especial o trabalho do tradutor. Não havendo comentários adicionais, Ana Coelho agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a sessão.

ANEXO I – LISTA DE PRESENÇAS POR ORGANISMO

Membros com direito de voto presentes	Membros observadores	Membros com estatuto consultivo e de acompanhamento
1 Alto Comissariado para as Migrações	Sustentável 2030	DG Emprego
2 AD&C	Açores 2030	
3 Adm. Central Sistema de Saúde	PRR	
4 Associação Nacional de Freguesias	Compete 2030	
5 Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	Alentejo 2030	
6 Associação Nacional Escolas Profissionais	Mar 2030	
7 Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos	FAMI 2030	
8 Pessoas 2030		
9 Associação Portuguesa Ensino Superior Privado		
10 Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género		
11 Instituto da Segurança Social		
12 CES - CGTP		
13 CES - CAP		
14 CES - CCP		
15 Confederação Nacional da Educação e Formação		
16 Instituto Português do Desporto e Juventude		
17 Instituto de Gestão Financeira da Educação		
18 Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos		
19 Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação		
20 Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares		
21 CNES - CONFAGRI		
22 CNES - CPCCRD		
23 Cooperativo António Sérgio para a Economia Social		
24 Estratégia Nacional de Combate à Pobreza		
25 Garantia para a Infância		
26 Direção-Geral dos Assuntos Europeus		
27 Direção-Geral da Educação		
28 Conselho Nacional de Ordens Profissionais		

- 29 Instituto do Emprego e da Formação Profissional
- 30 Inspeção-Geral da Educação e da Ciência
- 31 Direção Geral Política de Justiça
- 32 Instituto Nacional de Administração
- 33 Direção-Geral da Saúde
- 34 Instituto de Avaliação Educativa
- 35 Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
- 36 Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- 37 Gabinete de Estratégia e Planeamento- MTSSS

ANEXO II - APRESENTAÇÃO DE SUPORTE À REUNIÃO

Em documento separado